

SIMPÓSIO

PASSADO, PRESENTE E FUTURO: PERSPECTIVAS SOBRE A TEORIA SOCIAL NO BRASIL

Enrico Bueno¹

Maria Caroline Marmierolli Tresoldi²

Em 2023 a *Temáticas* completa três décadas de publicação, um fato raro para revistas discentes no Brasil. Criada em 1993 por um grupo de pós-graduandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), o propósito da revista tem sido criar um espaço para divulgação e circulação de trabalhos assinados por pós-graduandos e jovens pesquisadores das Ciências Sociais. Como forma de comemorar seus 30 anos, revisitamos algumas áreas de pesquisa que foram mais debatidas ao longo dos anos na revista para promover Simpósios de discussão com especialistas de diferentes gerações e instituições brasileiras que fazem parte da história da revista.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do Instituto Federal de Goiás, câmpus Anápolis. Foi editor da revista *Temáticas* entre 2018 e 2020. E-mail: enrico.silva@ifg.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3822-8209>.

² Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foi editora da revista *Temáticas* entre 2016 e 2023. E-mail: carolinetresoldi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8218-5181>.

Uma dessas áreas de pesquisa é a **teoria social**, que aparece em discussão em diversos números. Autores clássicos e contemporâneos da teoria social têm sido extensamente debatidos nas páginas da revista e abordagens emergentes também têm sido objetos de discussão. Isso não se deve ao acaso, já que o IFCH/Unicamp se consolidou como um ambiente receptivo a essa produção e discussão teórica no Brasil, para as quais os professores, pesquisadores e estudantes legaram rica contribuição. A revista *Temáticas*, naturalmente, constituiu-se como um dos espaços de veiculação dos estudos em teoria social produzidos no IFCH.

Para construir um balanço dessa trajetória, convidamos alguns pesquisadores e professores que participaram da *Temáticas* como editores ou membros do conselho editorial. São eles: **Flávia X. M. Paniz** (UEMG), **Josué Pereira da Silva** (Unicamp), **Luiz Gustavo da Cunha** (UFSC), **Samira Feldman Marzochi** (UFSCAR) e **Sergio B. F. Tavolaro** (UnB). Os dois organizadores deste Simpósio também foram editores da revista em anos recentes. A construção das quatro perguntas apresentadas aos participantes visou tanto recuperar as principais abordagens da área nas últimas décadas, alguns dos mais proeminentes debates contemporâneos na teoria social e as perspectivas futuras para a área, tendo em vista os desafios presentes.

Para além das diferenças e divergências teóricas, conceituais e temáticas que o público leitor notará entre os pesquisadores, cabe ressaltar algumas convergências na apreciação das respostas apresentadas. A primeira se refere ao reconhecimento de que o período entre 1990 e a primeira década do século XXI foi bastante profícuo para o desenvolvimento da área de teoria social no Brasil, que passou a ocupar regularmente os grupos de trabalho dos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), espaços fundamentais para a consolidação institucional desse campo de estudo, conforme vemos nas intervenções de Sergio Tavolaro e Josué Pereira da Silva, dois pesquisadores, aliás, que foram coordenadores desses grupos em diferentes ocasiões.

Contudo, a maioria dos convidados também aponta para questões institucionais persistentes que seguem constituindo obstáculos ao

desenvolvimento da área, bem como determinadas limitações vislumbradas nesse processo. Nesse particular, Samira Feldman Marzochi afirma que “o modo como têm se organizado os programas de pós-graduação, os critérios de avaliação das agências de fomento e a qualificação dos periódicos, tende a privilegiar os estudos empíricos, a coleta de dados e as descrições”. Josué Pereira da Silva desenvolve crítica semelhante quando, ao avaliar as condições de produção teórica no contexto periférico, diz que “a maior dificuldade para se fazer teoria entre nós está no preconceito das instituições de fomento e mesmo daqueles que delas fazem parte, reproduzindo assim os interesses dos países centrais em garantir para eles o monopólio da atividade dita teórica”.

Luiz Gustavo da Cunha, por sua vez, identifica um lugar ambíguo da produção teórica no Brasil, tendo em vista seu lugar institucional: se por um lado os diferentes cursos de Ciências Sociais não prescindem de disciplinas teóricas para introduzir os fundamentos da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, por outro “a teoria social tem sido relegada ao espaço destinado ao ensino da história das disciplinas”, com “pouco interesse para periódicos e, por isso, (comparativamente) poucos artigos publicados, baixo financiamento e raros projetos amplos”. Discutindo qualitativamente a produção recente em teoria social no Brasil, nota-se que Tavolaro propõe uma ressalva complementar à problematização de Cunha, ao afirmar que “os programas de pesquisa em teoria se tornaram mais especializados e abstraídos do lastro empírico de outrora, isto é, passaram a dialogar consigo mesmos, ocupando-se de matérias, assuntos e querelas que, por vezes, parecem prescindir da realidade concreta”.

Ainda quanto à dimensão institucional da questão, Flávia Paniz aponta para o aspecto ético, de importância central no debate acadêmico contemporâneo. Em suas palavras, “não é possível pensar os rumos da teoria social sem alinhá-la a políticas de acesso, permanência e ao comportamento ético de docentes e/ou pesquisadores nas universidades”. Sugere a autora que o fortalecimento das discussões sobre relações de poder na Universidade, apropriação científica, acessibilidade e diversas formas de assédio podem viabilizar caminhos de enfrentamentos que

carregam efeitos sobre a consolidação de produção sócio-teórica em torno de campos de estudos tradicionalmente reprimidos ou silenciados.

Passando da problemática institucional às questões de cunho teórico e epistemológico, este **Simpósio** propõe reflexões também instigantes. Para mencionar algumas delas, encontramos Tavolaro retomando a história da produção de teoria social no Brasil muitas décadas antes da formação do campo de pesquisa propriamente dito. Segundo ele, ensaístas, sociólogos e intelectuais brasileiros, ao longo de todo o século XX, produziram considerações originais de grande densidade teórica. Esse seria o caso de Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Virgínia Leone Bicudo, Alberto Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Luís de Aguiar Costa Pinto. Na intervenção de Paniz, encontramos também a justa referência a Paulo Freire enquanto autor cujas investigações não se deixavam absorver pela distinção intransponível entre “pesquisa teórica” e “pesquisa empírica” que pautou a produção teórica em países colonizados.

A problemática do eurocentrismo teórico também atravessa diferentes contribuições do **Simpósio**. Sobre esse ponto, Paniz argumenta que o desafio em aberto é, de um lado, continuar a crítica à pretensão universal dos estudos teóricos realizados no além-mar e, de outro, estabelecer relações e diálogos com obras produzidas em diferentes contextos do Sul Global, o que pode aumentar nossa capacidade de abordar múltiplas formas de desigualdade. Em sentido algo diverso e igualmente instigante, Cunha pondera que se “a crítica ao eurocentrismo pretende ser uma crítica imanente da situação atual da teoria social”, as tarefas em aberto não são apenas “mostrar que existe um mundo fora do Norte Global e expressá-lo, mas mostrar que o projeto de uma teoria social crítica plural conecta de maneira orgânica as duas pontas da discussão”. Em que pese as diferenças nas considerações dos autores deste **Simpósio**, observamos que as formulações críticas dos estudos pós-coloniais, decoloniais, epistemologias subalternas etc. são consideradas incontornáveis na movimentação das agendas de pesquisa na teoria social contemporânea.

Nas intervenções, também foram feitas reflexões quanto à especificidade da produção teórica *crítica*, e os diversos significados que o termo “crítico” pode conter. Os cinco pesquisadores reconhecem, antes de tudo, a pluralidade de teorizações críticas – para além dos “modelos críticos” de inspiração frankfurtiana – que ganham crescente espaço nas instituições e favorecem a expansão e qualificação da explicação (e crítica) social. Entretanto, trazem ressalvas de grande relevância. Cunha, por exemplo, demonstra preocupação com “uma profusão de críticas a uma profusão de objetos, todos razoavelmente criticáveis, mas com pouca atenção a uma importante ideia de fundo: nossa função é mesmo a de criticar”. Em outras palavras, a bem-vinda heterodoxia analítica da produção teórico-crítica brasileira tem sido frequentemente mobilizada sem a conexão com uma construção sócio-teórica “capaz de fornecer grandes esquemas interpretativos a respeito da dinâmica de transformação e estabilização das sociedades contemporâneas”, como diz o autor.

Em sentido não oposto, mas diverso, as colocações de Paniz e Marzochi sobre a segunda pergunta que fizemos colocam em questão o significado da própria ideia de “teoria crítica” – tomada no enunciado sob inspiração dos referenciais horkheimianos de normatividade e orientação emancipatória. Mobilizando Gayatri Spivak, Paniz coloca em questão a imputação da “orientação emancipatória”, tendo em vista as premissas constitutivas dessa noção, sobre contextos que “não correspondem metodológica, histórica e politicamente” a ela, principalmente “pela ausência de imbricações com gênero, sexualidade e raça em sua formulação”. Em resumo, considera que o campo da teoria social necessita explorar mais detidamente essa atribuição de caráter normativo e emancipatório, como, por exemplo, a teoria pós-colonial feminista. Por seu turno, Marzochi coloca-se de forma mais categórica: “uma abordagem teórica não precisa ser normativa e de pretensão emancipatória para ser crítica”. Argumenta, desse modo, a necessidade de ir além da matriz frankfurtiana para encontrar a dimensão crítica de outras correntes, como as contribuições pós-estruturalistas e decoloniais.

Como se pode ver, esse **Simpósio** trata de questões teóricas e políticas de relevo que tem pautado algumas agendas de pesquisas em

teoria social no Brasil. Esperamos que essa modesta comemoração em torno dos 30 anos da *Temáticas* possa oferecer um mapa do passado recente, de alguns dilemas do presente e dos desafios em aberto da área de teoria social. Agradecemos aos nossos convidados pela participação e desejamos a todos uma ótima leitura!

SIMPÓSIO

1) Como você vê, como professor(a) e pesquisador(a), a área de teoria social nas últimas décadas no Brasil? Quais foram, a seu ver, as abordagens mais relevantes para o desenvolvimento e consolidação dessa área de pesquisa no país?

Flávia X. M. Paniz: Talvez eu não consiga abordar aqui “toda a área de teoria social no Brasil” nas últimas décadas, ou suas múltiplas vertentes, mas pretendo fazer um apanhado geral com base em percepções muito particulares. Acho que a primeira coisa que me vem à mente é que pudemos observar recentemente a emergência de reflexões a partir de outros campos de estudo, como os estudos pós-coloniais, decoloniais, epistemologias do Sul, diásporas, ecologias, reflexões contemporâneas sobre relações étnico-raciais, gênero, sexualidade e demais marcadores sociais da diferença etc. Mesmo consolidados há algumas décadas em outras áreas das ciências humanas, essas discussões se tornaram mais significativas na Sociologia apenas recentemente (a partir dos anos 2000), talvez pela influência da interdisciplinaridade, talvez porque o acesso à universidade tem sido ampliado e diversificado, pautando também mudanças fundamentais na produção do conhecimento.

Reflexões sobre descolonização do conhecimento têm sido bastante significativas no campo teórico. A teoria social, que historicamente concentrou debates sobre igualdade e trabalho em diferentes perspectivas, passou a pautar também os debates sobre diferença social. Múltiplas relações de poder e discussões epistemológicas compõem agora a esteira de questões que desafiam e/ou complexificam abordagens clássicas na teoria

social. Sem surpresas, estamos também atravessando múltiplas formas de resistências a esses questionamentos. A ânsia para nomear pessoas e temas vinculados a esse campo – como uma “cilada”, “identitarismo”, “pautas identitárias”, “pós-modernismo” e até mesmo “desvio da centralidade da classe trabalhadora” – não demorou a chegar.

Mais importante do que debates sobre universalismo e totalidade que daí surgiram, é o reconhecimento de que a teoria social talvez possa finalmente incorporar as narrativas apagadas, vozes que foram caladas ou que não foram ouvidas, para recuperar as palavras de Spivak. O que considero relevante nesse cenário é que a interlocução com as agendas políticas contemporâneas de diversos movimentos sociais, lutas antirracistas, LGBTQIAPNB+, lutas feministas, movimento de luta por moradia, ambientalistas, lutas dos povos indígenas etc. e a pluralidade de reflexões sobre interseccionalidade impulsionou pesquisadores a refletirem também sobre a hermenêutica e as epistemologias que outrora foram consideradas dissonantes ou “específicas” no campo teórico.

Além de temas e objetos de pesquisa, pensar privilégios e relações de poder dentro da universidade, apontá-los e desfazê-los por meio da escuta, políticas de acesso e permanência, tem sido parte do caminho pavimentado por pesquisadores de teoria social nas últimas décadas. Na pesquisa e na prática, pesquisadores desses campos tem orientado ações para descolonização do conhecimento e da própria universidade. O perfil das pessoas que ocupam espaços de poder e os grupos de trabalho de teoria social em congressos também se tornaram objetos de reflexão, como potencial indicativo da desigualdade na ciência.

De maneira geral, tem se tornado evidente que não é possível pensar os rumos da teoria social sem alinhá-la às políticas de acesso, permanência e ao comportamento ético de docentes e/ou pesquisadores nas universidades. Uma possível consequência desses debates é a quantidade de denúncias públicas sobre relações de poder, abuso, apropriação científica, acessibilidade, comportamentos inadequados e/ou diversas formas de assédio. Juntamente com isso, discussões sobre como o trabalho mental de lidar com dinâmicas abusivas impactam a saúde mental, evasão da academia e produção do trabalho intelectual são pautas que estão em evidência.

Correndo o risco de soar como um horizonte desejante, acredito que, mesmo lentamente, os caminhos de enfrentamento desse quadro podem ser um efeito da consolidação da produção de teoria social nos campos de estudo mencionados. Com efeito, o desenvolvimento e a consolidação dessas áreas de pesquisa têm duplo impacto: na própria teoria social e na pulsão de transformações nevrálgicas na própria academia.

Josué Pereira da Silva: A fundação de *Temáticas* ocorreu em 1993, poucos anos depois da queda do Muro de Berlim e do autodenominado Consenso de Washington – ambos em 1989, eventos que muito contribuíram para realçar a importância da chamada globalização neoliberal, que, para seus seguidores, significava a vitória definitiva do capitalismo. Tudo isso, evidentemente, teve impacto nas Ciências Sociais tanto alimentando a agenda de pesquisa de muitos acadêmicos como provocando reações críticas de outros.

Naquele momento, o tema da globalização se sobressaía no debate por aqui, mas estava longe de ser o único. Havia também, entre nós, outras urgências que demandavam as atenções dos estudantes e dos docentes. Havíamos saído recentemente de uma ditadura e a nova Constituição, promulgada em 1988, enfatizava os direitos de cidadania, pelos quais lutavam os diversos movimentos sociais e sobre os quais muitos pesquisadores se debruçavam. Vivíamos ainda, isso em âmbito mundial, a crise do trabalho, tema que também ocupava as atenções de muitos pesquisadores. Para resumir, havia uma agenda de debates e de pesquisas bastante diversificada, que alimentava o interesse por diferentes nichos de pesquisa e suas respectivas abordagens teóricas. Em um momento de rápidas mudanças, a necessidade de compreender a situação e melhor se situar perante um mundo mutante aguçavam o interesse por teoria, em suas diversas modalidades, das mais ambiciosas teorias gerais àquelas voltadas para temas ou problemas mais específicos. Isso pude observar e, de certa forma testemunhar, quando cheguei à Unicamp e também nos anos subsequentes ao surgimento da revista *Temáticas*, sobretudo entre os alunos das Ciências Sociais, tanto de graduação quanto de pós-graduação.

Além da já mencionada globalização, o debate sobre modernidade e pós-modernidade, que não era tão novo, também marcava presença em nossas discussões. Os protagonistas do debate – Habermas, Giddens, Foucault, Touraine, Baumann, Beck, entre tantos outros – estavam presentes em nossas listas de leitura e discussão. Suas teorias e seus diagnósticos de época ajudavam a entender os movimentos teóricos em curso e o deslocamento do interesse das grandes sínteses teóricas, predominante na Sociologia desde a década de 1970, conforme a define Jeffrey Alexander, para temas de forte teor normativo, vinculados às demandas dos movimentos sociais, assim como para as formulações teóricas específicas talvez mais adequadas àquelas demandas. É nesse contexto que emerge com grande força aqui, sobretudo na virada para o novo milênio, o interesse pelas políticas de identidade e, por consequência, pelas teorias que lhe dão suporte: pós-coloniais, feministas, todas ancoradas em grande medida na palavra-chave reconhecimento.

Luiz Gustavo da Cunha: Embora não seja uma área de pesquisa que se possa chamar de hegemônica, a teoria social está consolidada no Brasil. Essa consolidação, porém, talvez ocupe um lugar algo ambíguo. Por um lado, praticamente todos os cursos de Ciências Sociais e pós-graduações nas áreas específicas ainda contam com disciplinas – mais ou menos detalhadas e extensivas – sobre “introdução à Antropologia” (ou Ciência Política, ou Sociologia), “teoria clássica” e “teoria contemporânea”. Do mesmo modo, não apenas o mercado de coletâneas e manuais introdutórios como também as monografias e obras autorais, sejam elas interpretativas, de recepção ou analíticas, parecem ter lugar cativo na paisagem das Ciências Sociais no Brasil. Por outro lado, é notável que a teoria social tem sido relegada ao espaço destinado ao ensino da história das disciplinas, de seus cânones e de seus fundamentos, mas ao mesmo tempo com pouco interesse para periódicos e, por isso, (comparativamente) poucos artigos publicados, baixo financiamento e raros projetos amplos que se tornem referências dentro do campo da pesquisa brasileira em Ciências Sociais. Naturalmente, esse segundo ponto diz respeito muito mais à dimensão não competitiva da teoria social no atual contexto de produção acadêmica do

que efetivamente a alguma morfologia atual da área. Mas, em todo caso, tal falta de competitividade parece indicar que as Ciências Sociais brasileiras se acostumaram com a ideia de que os resultados de pesquisas descritivas, empíricas ou quantificáveis correspondem àquilo que “queremos ser” – à expectativa normativa da ciência social brasileira, caso se possa falar assim – ao passo que a teoria se tornou uma espécie de repositório de conceitos e curiosidades históricas, mas que não precisa exatamente ser mobilizada para enfrentar problemas concretos. Não deixa de ser uma pena que uma área de pesquisa que, no Brasil, já legou interpretações originais sobre a relação entre teoria e sociedade – e isso nas três disciplinas que compõem as Ciências Sociais – tenha se acomodado como ocupante de dois papéis marginais: um deles, o de intérprete qualificada de cânones ou novas teorias, cuja utilidade é a pesquisa de base e, outro, o de produtora de imagens e interpretações do mundo desde um ponto particular e, portanto, curioso, o da periferia.

O lugar da teoria no Brasil, que já foi aquele onde Heleieth Saffioti antecipava a crítica marxista do trabalho doméstico, onde Antonio Candido problematizava o conceito de cultura a partir da reflexão sobre a migração de caboclos para espaços urbanos e onde Wanderley Guilherme dos Santos desvendava uma lógica própria da relação entre direito e cidadania, hoje parece ocupado fortemente pela recepção e discussão metateórica de problemáticas externas ou pela tentativa de mostrar como o conhecimento que aqui se produz é original devido à particularidade periférica. Nesse sentido, e sem retirar os méritos de boas contribuições feitas nesses dois campos – pense-se na importante recepção de autores como Max Weber e Pierre Bourdieu ou nas instigantes proposições teórico-críticas de Lélia Gonzalez –, o espaço mediador entre a análise da sociedade e formulação de princípios ou sistemas teóricos parece cada vez menos presente na área.

Samira Feldman Marzochi: Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite de vocês para participar deste Simpósio, comemorativo dos 30 anos da revista *Temáticas*, que aceitei por ter-me dedicado a ela durante bastante tempo, periódico fundado por meus colegas antecessores pelos quais tenho muito carinho também. Agradeço, especialmente, ao Enrico

por ter-se lembrado disso e dos nossos encontros desde a disciplina optativa sobre Bourdieu, na Unicamp, que criei enquanto estava no pós-doutorado, até a fundação do grupo de estudos sobre Bourdieu.

É sugestiva a pergunta sobre “as abordagens mais relevantes para o desenvolvimento e consolidação” da área de teoria social, no Brasil, pois a vejo como um campo ainda em “desenvolvimento e consolidação”, em face das dificuldades institucionais e estruturais que ela enfrenta. Embora os intelectuais brasileiros desta área sejam brilhantes, empenhados e bem formados, produzir teoria social tem sido uma missão hercúlea e contra-hegemônica, estimulada, quase exclusivamente, pela paixão e imaginação dos que se aventuram.

O modo como os programas de pós-graduação são organizados, os critérios de avaliação das agências de fomento, a qualificação dos periódicos, tende a privilegiar os estudos empíricos, a coleta de dados e as descrições. As áreas de investigação são divididas por temas trazidos pela realidade social, não por problemas construídos na academia de acordo com abordagens teóricas. Logo, estas últimas são consideradas, em geral, como menos importantes, para não dizer irrelevantes.

Acima da dimensão institucional brasileira, temos a desigualdade internacional que molda, estruturalmente, a maneira como planejamos a nossa produção intelectual. O imperativo da internacionalização acentua a vocação nacional para a exportação de dados quantitativos e etnográficos a serem trabalhados pelos teóricos “autorizados”, situados nos centros de pesquisa europeus e norte-americanos. São raras as exceções de brasileiros que adquirem cidadania intelectual europeia ou norte-americana no campo sociológico, e ainda mais raras na teoria social, mesmo quando são empregados por centros internacionais de pesquisa.

Além do planejamento institucional e da divisão internacional do trabalho acadêmico, temos a desigualdade de classes, racial e de gênero em âmbito nacional. Estas hierarquias se manifestam de diferentes maneiras, mas se revelam, sobretudo, através da noção segundo a qual o nosso ensino público, seja médio ou o superior, deve ser de caráter técnico. O imperativo da formação técnica tem acompanhado tanto a democratização do ensino escolar público, quanto a democratização do acesso às universidades

públicas, como se formar intelectuais (teóricos, não técnicos) fosse uma tarefa incompatível com a democratização do conhecimento.

Persiste o preconceito elitista, enraizado no país, de que a inclinação para as ideias é o verniz distintivo da aristocracia ou da nova burguesia patriarcal e, portanto, não pode se manifestar ou ser cultivada em outras classes, gêneros, cores. Não sei se todos se dão conta da perversidade cultural embutida no valor da “competência técnica” e do seu complemento, a “especialização”. Esta seria, portanto, a terceira camada responsável por limitar o desenvolvimento e consolidação do campo da teoria social no Brasil.

O conceito não problematizado de “excelência” é revelador deste preconceito elitista, pois exclui da competição projetos de estudantes que tiveram dificuldades iniciais em sua formação universitária, mesmo que depois as tenham superado de maneira admirável. O conceito de excelência, neste caso, iguala-se ao de “coeficiente de rendimento” que avalia a média, mas não o quanto o estudante foi capaz de avançar. Ele não leva em conta, também, as contribuições teóricas à Sociologia que podem advir da experiência dos estudantes não privilegiados pelo destino, capazes de ir muito além das considerações restritas aos contornos do *eu*.

É curioso que a nossa organização institucional vá no sentido contrário à bibliografia que recomendamos em aula. Por exemplo, *A Profissão de Sociólogo* (1968), de Bourdieu, Chamboredon e Passeron. Eles nos ensinam que as áreas de conhecimento, na Sociologia, devem ser divididas por abordagens e problemas teóricos, não por temas, e que a construção do objeto sociológico exige a ruptura com o senso comum. Todos os esforços dos programas de pós-graduação, no entanto, têm-se voltado a obedecer às regras dos sistemas institucionais de avaliação, e não à lógica constitutiva que distinguiu a Sociologia desde o seu início, como deveria acontecer. Por isso, indico que muita coisa precisa mudar para que a área de teoria social se desenvolva e se consolide no Brasil.

Sergio B. F. Tavoraro: Em meu entendimento, os últimos anos testemunharam um impulso considerável na produção acadêmica brasileira na área de pesquisa em *teoria social* – vale dizer, uma tendência passível de

ser constatada tanto na produção de livros e artigos especializados, quanto em dissertações, teses e comunicações em encontros científicos. Gostaria, no entanto, de salientar que se trata de uma orientação que possui longa história na vida intelectual brasileira, a qual remonta alguns dos mais conhecidos ensaios de interpretação do país. Seria o caso, por exemplo, de estimar as inúmeras interlocuções teóricas que balizaram *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, ou que suscitaram as ponderações críticas de Manoel Bomfim em *A América Latina: males de origem* (1903).

Por mais obsoletos que aparentem à luz dos parâmetros conceituais vigentes na atualidade, os argumentos urdidos nessas e em outras obras são recheados de considerações teóricas, sintomáticas das preocupações e interesses intelectuais de nossos ensaístas. Confirmada em trabalhos publicados entre o início da década de 1930 e meados dos anos 1940, tal inclinação adquiriria força renovada na esteira da profissionalização das Ciências Sociais entre nós. Bom exemplo disso é o livro *A Redução Sociológica* (1958), em que Alberto Guerreiro Ramos demonstra enorme densidade teórica, abarcando um amplo escopo de controvérsias e problemas de pesquisa. Além, é óbvio, das formulações de Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Luís de Aguiar Costa Pinto, igualmente repletas de *insights* que reverberam até hoje. Caberia lembrar as preocupações teóricas e metodológicas que já haviam acompanhado *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, originalmente apresentada como dissertação de mestrado por Virgínia Leone Bicudo em 1945. Sem perder de vista a relevância e riqueza dessa produção prévia, e o quanto ela contribuiu para a delimitação de agendas de reflexão atuais, talvez seja possível argumentar que, em tempos recentes, os programas de pesquisa em *teoria* se tornaram mais especializados e abstraídos do lastro empírico de outrora, isto é, passaram a dialogar consigo mesmos, ocupando-se de matérias, assuntos e querelas que, por vezes, parecem prescindir da realidade concreta. Para se ter uma ideia das perspectivas e temáticas que coloriram tal produção nas últimas décadas, é frutífero contemplar o teor das comunicações de alguns seminários, mesas-redondas e grupos de trabalho de encontros da Anpocs e da SBS, criados sob essa designação explícita ou com terminologias afins a partir do final dos anos 1990.

O que se pode ali observar é uma oferta consideravelmente diversificada de projetos intelectuais, desde avaliações acerca da presença duradoura e da pertinência heurística dos chamados “clássicos” até o anseio de apreciar as contribuições e limites de formulações contemporâneas. Nesse caso, sem pretender exaurir o vastíssimo rol de propostas, eis o que eu mencionaria: o interesse pelas várias gerações da chamada teoria crítica, análises de distintas tentativas de equacionar a tensão agência-estrutura, debates em torno da política identitária, as polêmicas a respeito dos impactos intelectuais da globalização e da manifestação da modernidade em diferentes contextos societários, assim como investigações pormenorizadas acerca de ideias delineadas em perspectivas teóricas as mais diversas – entre as quais, o interacionismo simbólico, as teorias feministas, os debates sobre gênero e raça, a teoria de sistemas, o neopragmatismo, o individualismo metodológico, os pós-estruturalismos, a fenomenologia e, mais recentemente, os pós-colonialismos e decolonialismos de várias matizes.

2) No campo da teoria social, convencionou-se denominar “teoria crítica” a linhagem de pensamento derivada do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, comumente chamada de Escola de Frankfurt. Contudo, há diversas outras linhagens de teorização social de caráter normativo e pretensão emancipatória que não correspondem precisamente àquela tradição teórica e que têm ampliado sua visibilidade em anos recentes (por exemplo, as críticas feminista, antirracista, interseccional, pós-colonial etc.). Considerando esse sentido mais abrangente para o termo, como você avalia o estado da teoria social crítica no Brasil?

Flávia X. M. Paniz: Para responder a essa pergunta é necessário retomar o próprio enunciado: a concepção de teoria crítica originalmente elaborada por Horkheimer é orientada por três premissas fundamentais: crítica imanente, caráter normativo e orientação para a emancipação. Antes de falar sobre teoria social crítica no Brasil, apoio-me novamente em Spivak (de maneira muito ampla) para falar sobre epistemologia.

Em *Pode o subalterno falar?* (1985), ao abordar as práticas de imolação por parte de grupos de mulheres viúvas em algumas regiões da Índia, Spivak questiona a interpretação desse fenômeno por parte do Império Britânico e de uma parcela da intelectualidade anglo-europeia. Análises de documentos da colonização e respectivas discussões jurídicas e teóricas apontam, segundo ela, que o ato de escolha de mulheres indianas, de atirar-se ou não na pira dos respectivos maridos, foi interpretado de diversas maneiras: suicídio, ritual, religião e liberdade de escolha. A filósofa demonstra como a presunção da consciência como universal informou mecanismos de elaboração do conhecer sobre aquele contexto. Em suas palavras, a escolha foi glorificada, como “um significante excepcional do próprio desejo”, pautando discussões sobre desejo, liberdade, emancipação e livre-arbítrio. Para ela, a ausência de reflexão conjunta sobre memória, experiência e história no debate sobre consciência produziu a imposição de ideias de liberdade e de emancipação, como categorias que pudessem ser medidas por um termômetro.

Uma vez que a orientação para a emancipação tenha sido elaborada com base em premissas que não correspondem metodológica, histórica e politicamente ao contexto mencionado, especialmente pela ausência de imbricações com gênero, sexualidade e raça em sua formulação, ela jamais cumpre seu propósito. A capacidade e potencialidade analítica do que a autora chama de “interpretação dos fenômenos” foi limitada, pautada e condicionada pela própria epistemologia. Não vou entrar no mérito das demais discussões presentes na obra, mas atribuir caráter normativo e emancipatório à teoria pós-colonial feminista, mesmo em um sentido abrangente, parece-me ser uma questão a ser explorada no campo da própria teoria.

As críticas pós-coloniais, decoloniais, de gênero e sexualidade, antirracistas, feministas etc. tem como ponto de partida reflexões sobre epistemologias, sobre as categorias que fundamentam o próprio conhecer. Acho importante ressaltar que letramento étnico, racial, de gênero, sexualidade, feminismos e decolonialidades são seis coisas distintas, e nem sempre pesquisadores refletem sobre todos esses campos conjuntamente ou mobilizam as múltiplas relações entre eles. Não é por

acaso que feministas pós-coloniais e/ou feministas antirracistas enfrentam também agendas teóricas do chamado feminismo branco, feminismo liberal, feminismo radical (ou transfóbico) e o que Judith Butler chama de “presunção compulsória de cis heterossexualidade” (como referência ao histórico de normatividade no campo da teoria). Isso significa, por exemplo, que existem teorias feministas com alocação de matrizes epistemológicas ocidentais, europeias, brancas ou equivalentes.

Estou dizendo isso por dois motivos: (1) a teoria social crítica no Brasil pode ser pensada com base no conceito de *Kritik* e elaborada à contrapelo daquilo que foi considerado por Horkheimer como teoria tradicional. Com isso, não pretendo minimizar as diversas contribuições de intelectuais que atuam nesse campo no Brasil. Mas (2) quando falamos sobre o sentido abrangente do termo, talvez seja importante notar que os conceitos mencionados no enunciado (emancipação e normatividade) não são necessariamente compartilhados pelas áreas mencionadas no mesmo. Há, então, uma questão: como identificar o campo de produção de teoria social crítica no Brasil e apontar por quais razões algumas teorias produzidas são consideradas críticas e outras não? Qual é o sentido de crítica contido nessa ideia de teoria social crítica no Brasil?

Respondendo à pergunta, a meu ver, estudos pós-coloniais, decoloniais, de gênero e sexualidade, antirracistas, feministas etc. não são um monólito, homogêneos, nem mesmo fixos, há inúmeros debates em aberto, que divergem e/ou se complementam. Igualmente, os sentidos de crítica e de liberdade podem ser múltiplos e diversos, a depender dos contextos, porque são relacionais. Essas áreas têm sido a vanguarda da crítica da teoria, da academia e da sociedade brasileira. Em vez de teoria social crítica no Brasil, acredito que pensar o atual estado da crítica da teoria social no Brasil seja produtivo, porque é justamente isso que está sendo realizado: a crítica das matrizes de produção de conhecimento, a crítica das relações de poder, a crítica do sujeito, promovendo também estreitamento de laços entre intelectuais do Sul Global dos mesmos campos. Talvez seja esse o atual estado desse campo no Brasil: construir a crítica da teoria, narrar aquilo que foi apagado ou esquecido, mapear as múltiplas formas de

relações de poder e de violência (inclusive epistemológicas) e pavimentar caminhos para mudanças.

Josué Pereira da Silva: No que concerne às teorias críticas, no plural, cabe distinguir aqui, de um lado, a tradição da teoria crítica, que se convencionou chamar de Escola de Frankfurt, representada pelas formulações teóricas inicialmente de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse – principais membros da primeira geração, e também Jürgen Habermas e Axel Honneth, principais representantes das gerações seguintes. Alguns estudiosos costumam se referir às teorias desses autores como Teoria Crítica, com iniciais maiúsculas.

Mas, de outro lado, há um enorme leque de formulações que se autodenominam críticas e que não se vinculam diretamente à tradição frankfurtiana, embora aqui haja muitos autores que dialogam com ela e às vezes até se inspiram parcialmente nela. São os casos, por exemplo, de teóricas do feminismo como Nancy Fraser ou defensores de uma epistemologia do Sul como Boaventura de Sousa Santos. O mesmo vale para autores como Alain Caillé, que articula a crítica do utilitarismo e propõe uma política convivialista a partir de releituras das obras de Marcel Mauss e de Ivan Illich. Mas dentro do campo da teoria crítica em sentido amplo podemos ainda incluir autores vinculados aos debates sobre pós-colonialismo e antirracismo, mas nesses dois últimos casos sem lhes atribuir a mesma pretensão de abrangência das formulações anteriores.

É bem amplo, como se pode ver, o leque das vertentes que se autodenominam críticas, tornando a expressão “teoria crítica” um grande guarda-chuva sob o qual se protegem formulações as mais diversas e que na maioria das vezes podem ser mais facilmente definidas por suas agendas específicas de pesquisas e por seus temas de interesse do que propriamente pela formulação de modelos teóricos abrangentes.

Formular uma teoria crítica abrangente não parece ser o propósito de grande parte dos teóricos do segundo grupo, salvo exceções já mencionadas como Nancy Fraser e Alain Caillé, que deixam entrever em seus escritos a ambição de formular uma teoria abrangente; e também Boaventura de Sousa Santos que, a despeito de negar a possibilidade de uma

teoria geral, tem uma prática teórica que sugere a mesma intenção de construir uma teoria crítica abrangente encontrada nos teóricos frankfurtianos. Portanto, assim como os teóricos mais diretamente associados à chamada Escola de Frankfurt, de herança hegeliano-marxista, os três autores referidos neste parágrafo também recorrem a formulações teóricas com pretensões de apreender a totalidade do social.

Por outro lado, devo realçar aqui que essa ambição de formular uma teoria geral abrangente é raramente explicitada pelos autores, mas os diagnósticos de época que produzem deixam facilmente entrever a intenção não explicitada. Basta atentarmos para as diversas expressões do tipo “Sociedade de...” (risco, rede, consumo, trabalho, informação, e assim por diante), que aparecem nos textos de muitos deles para constatarmos a intenção totalizante de suas análises.

E isso certamente vale para os autores brasileiros, uma vez que esses últimos buscam inspiração nos mesmos debates internacionais. A propósito, vale lembrar aqui que o surgimento da revista *Temáticas* em 1993 coincide também com minha chegada à Unicamp após concluir meu doutorado. Portando uma bolsa de pós-doutorado – conhecida, então, como recém-doutor – ingressei no Departamento de Sociologia do IFCH em agosto daquele ano como pesquisador e comecei a lecionar já no primeiro semestre de 1994, com um tópico sobre a crise do trabalho, assunto que ocupava as atenções de muitos pesquisadores naquele momento. Durante o doutorado, por razões até mesmo pragmáticas – já que minha formação anterior não era em Sociologia – me dediquei a estudar teoria sociológica e, por isso, estava bem a par do debate teórico então em curso. Talvez por essa razão, o Departamento de Sociologia me escalou para ministrar, ainda em 1994, a disciplina Sociologia Contemporânea I. A disciplina foi muito concorrida, e embora ela fosse obrigatória apenas para a modalidade de Sociologia do curso de Ciências Sociais, para minha surpresa, havia entre os alunos que frequentaram minhas aulas muitos da Antropologia e da Ciência Política. Sem dúvida, podia haver a curiosidade em conhecer um professor novo, com um programa e uma bibliografia diversos. Mas como pude verificar ao longo daquele e dos semestres subsequentes havia, na verdade, uma demanda reprimida por discussões teóricas de parte dos

alunos. Os diversos grupos de estudos e pesquisa em teoria dos quais participei na própria Unicamp e também nos âmbitos da SBS e da Anpocs são testemunhas disso.

Luiz Gustavo da Cunha: Há uma definição genérica de teoria social, usada pelo Axel Honneth, que diz algo mais ou menos assim: “toda teoria da sociedade que se pretenda digna do nome Sociologia sempre submete seus objetos a uma investigação e a um diagnóstico críticos”. Nesse sentido inicial, as linhagens que realizam a crítica da sociedade por meio do diagnóstico de problemas e do desvelamento de motivos para a transformação social já existiam antes de Max Horkheimer reivindicar o nome “Teoria Crítica” e simplesmente se diversificaram nas últimas décadas. Então, essa definição, ainda que genérica, ajuda a refletir sobre o estado atual da teoria social crítica no Brasil na medida em que permite captar o movimento de diversificação das fontes que informam as análises realizadas no país.

Não deve ser um acidente o fato de que a produção teórica crítica brasileira se caracteriza em grande medida pela centralidade de problemas e pela heterodoxia analítica, tendendo a resultar em efeitos muitos bons, mas como mencionei na resposta anterior, também tende a solapar a formulação de grandes problemas teóricos. Em termos mais concretos, se poderia dizer que problemas como cidadania, desigualdades, precarização ou racismo recebem aqui o valor de guias da investigação teórica, mas também são tomados como categorias de crítica, e não como objetos de diagnóstico. Consequentemente, observa-se uma profusão de críticas a uma profusão de objetos, todos razoavelmente criticáveis, mas com pouca atenção a uma importante ideia de fundo: nossa função é mesmo a de criticar. Não necessariamente no sentido da Escola de Frankfurt ou de um hipercriticismo, ou de um negativismo histórico-político, embora essas sejam formas de crítica que habitam nossas paisagens, mas sempre imaginando projetos de transformação interna das sociedades e horizontes de reorganização – reformas revolucionárias, como diria André Gorz. A profusão de objetos de crítica, que de modo algum representa um problema, precisaria, a meu juízo, conectar-se com a teoria social no sentido

em que esta última é capaz de fornecer grandes esquemas interpretativos a respeito da dinâmica de transformação e estabilização das sociedades contemporâneas, da conexão entre condições de satisfação de necessidades e disputas pela integração de expectativas conflitivas e também a respeito dos sentidos diferenciados de desenvolvimento histórico de diferentes esferas de ação. Somente assim aquela falta de competitividade relativa frente aos estudos descritivos, empíricos e quantificáveis poderia ser transformada em algo produtivo, pois do contrário a área continuará a ser tratada como um apêndice – e como tal, algo dispensável – frente às explicações particularistas, cuja característica mais marcante é precisamente o desprezo pela teoria e a valorização da experiência desprovida de mediações categoriais. Em termos claros, a diferença qualitativa da teoria para com esses outros modos privilegiadamente empíricos de discutir problemas é que a necessidade de observar princípios dos quais derivam um sistema deve impedir a pesquisadora ou pesquisador de falar o que der na sua própria telha. O risco, que fique claro, não está em diversificar o acesso às experiências que informam as teorias críticas, mas em tratar essas experiências do modo como o fazem as técnicas comerciais, tipo o jornalismo. Em última instância, a função crítica da teoria é a de nos diferenciar do jornalismo de bom coração por meio da elaboração de categorias que estabeleçam a mediação entre as experiências de injustiça que alimentam a crítica do presente e as estruturas que sistematicamente propiciam a reprodução destas últimas.

Samira Feldman Marzochi: A questão é ótima porque nos faz pensar coisas diferentes. É verdade que “há diversas outras linhagens de teorização social de caráter normativo e pretensão emancipatória que não correspondem, precisamente, àquela tradição teórica” [da Escola de Frankfurt], como disseram. Por outro lado, uma abordagem teórica não precisa ser normativa e de pretensão emancipatória para ser crítica. Nesse sentido, podemos escapar da matriz frankfurtiana e das elaborações mais recentes dos seus herdeiros, para encontrar a dimensão crítica de outras correntes como, por exemplo, a pós-estruturalista que tem Durkheim e Lévi-Strauss como referências básicas.

Os frankfurtianos perguntavam, inicialmente, a razão da classe trabalhadora não desejar mais a revolução. Não perguntavam o motivo pelo qual a classe trabalhadora deveria desejá-la. Partilhavam de uma concepção da história de base marxista que vislumbrava a superação da ordem capitalista como consequência necessária do desenvolvimento internacional das forças produtivas e de seu conflito com as relações de produção. Não viam que nem todo o planeta se tornou capitalista e que havia outras formas de cultura, filosofia e arte não ocidentais, mas igualmente legítimas. Em alguns trechos de suas obras, percebe-se pouca sensibilidade antropológica e concepções bastante etnocêntricas de atraso e progresso. Mesmo Habermas, ao responder que a modernidade é um “projeto inacabado”, situa-se, ainda, no quadro da modernidade. Por que a crítica social deve ser obrigatoriamente “moderna” (normativa e emancipatória)?

Se levarmos em conta as contribuições pós-estruturalistas e decoloniais das ciências humanas, perceberemos que as abordagens teóricas não normativas e não emancipatórias podem ser tão ou mais críticas que aquelas, originalmente, denominadas “críticas”. Afinal, o pós-estruturalismo se desenvolveu com base no reconhecimento das colaborações intelectuais nativas (indígenas e aborígenes) à própria formação das ciências humanas – Sociologia, Antropologia, e mesmo da Psicanálise freudiana e lacaniana.

O livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), elaborado com o aporte das etnografias a respeito dos aborígenes australianos e dos indígenas norte-americanos, subverte a herança intelectual positivista do próprio Durkheim. *Totem e Tabu* (1913), de Freud, dá crédito ao sociólogo em algumas passagens e nas suas referências bibliográficas, valendo-se do conhecimento etnográfico sobre o totemismo. Lévi-Strauss se formou como antropólogo junto aos Nambikuára, no Brasil, e, com a linguística de Saussure e Jakobson, redescobriu o inconsciente ao modo de uma estrutura universal trans-específica de relações binárias. Assim ele participa, indiretamente, mas determinante, da fundação da psicanálise francesa através de Lacan. Em diálogo teórico com a antropologia levistrossiana que, para Eduardo Viveiros de Castro, “é uma transformação estrutural

do pensamento ameríndio”, Lacan coloca a psicanálise, mais uma vez, em intercâmbio com o pensamento indígena. Também Bourdieu, formado como sociólogo entre os berberes cabilas do Norte da África, desenvolveu um arcabouço teórico-conceitual profundamente crítico que reúne as principais contribuições dos clássicos da sociologia e do estruturalismo antropológico, ainda que, por vezes, seja tomado como um manual de distinção.

Esta corrente crítica ao etnocentrismo, às concepções teleológicas e evolucionistas da história, ao antropocentrismo, ao economicismo, às regras, às representações, ao inconsciente, ramificou-se, na Sociologia nacional, pela reentrada de Durkheim como autor de referência. Depois de umas quatro décadas dominadas pelo economicismo, a Sociologia se abre, aqui, aos temas da cultura. Não é mais preciso pedir licença, na Sociologia, para falar de questões culturais, ou inventar uma Sociologia própria para isso – a “Sociologia da Cultura” ou os “Estudos Culturais”.

Nesta via pós-estruturalista e decolonial se encaixam, muito bem, as demandas dos movimentos antirracista, feminista, anti-homofobia, anti-islamofobia, contra o antissemitismo, pela igualdade econômica e de direitos sociais, políticos e civis, contra o especismo, pelos direitos da “natureza”, pela democracia, entre outras tantas reivindicações associadas ao reconhecimento, redistribuição e transformação do modo produtivo capitalista. Para esta vertente do pensamento crítico, não haveria mudança significativa sem um trabalho de investigação sobre o inconsciente.

Sergio B. F. Tavoraro: Igualmente nesse caso, a produção brasileira atual é vibrante, criativa e, a esta altura, já repleta de resultados auspiciosos. Também aqui, é evidente que tal propensão crítica não é de todo inédita em nossa história intelectual. É mister lembrar, uma vez mais, o conhecido trabalho de Manoel Bomfim, atento às assimetrias simbólicas que pesavam contra as sociedades latino-americanas – segundo o pensador, com frequência alvo de apreciações depreciativas (e desinformadas), proclamadas pelos ditos *experts* europeus. Recorde-se, ainda, as duras objeções de Alberto Torres dirigidas às visões preconceituosas a propósito da composição étnico-racial do país, na contramão das concepções racistas

vigentes em sua época; ou mesmo a vereda interpretativa pavimentada anos depois por Caio Prado Jr., ciosa das particularidades dos padrões de sociabilidade sedimentados na periferia do sistema capitalista mundial – uma trilha de investigação que, como sabemos, deixaria um legado fecundo na vida acadêmica nacional.

Enfim, haveria muito mais a falar acerca das sugestões analíticas de distintas tradições do pensamento brasileiro, a respeito de seus parâmetros epistemológicos, de suas ontologias, de suas referências teórico-metodológicas, das variáveis explicativas priorizadas, das problemáticas mais contumazes etc., e de como tais aspectos podem enriquecer ou ajudar a refutar construções teóricas estabelecidas. Seja como for, de lá para cá, beneficiada por uma notável variedade de formulações com alcance global, essa herança crítica se adensou e assumiu novos perfis, desdobrando-se numa pluralidade extraordinária de programas de pesquisa e agendas normativas – conforme apontado na própria pergunta, reflexões preocupadas com a persistência das desigualdades de gênero, com o aprofundamento dos desequilíbrios socioeconômicos, com a perpetuação de preconceitos étnico-raciais, com os obstáculos e constrangimentos estruturais à participação política democrática, tanto quanto com as inúmeras expressões de violência simbólica e epistemológica que atravessam de ponta a ponta o tecido social brasileiro. Não obstante as singularidades desses programas, proliferaram as tentativas de desnudar as correlações entre tais fenômenos. Ademais, admitidas as inquietações específicas que movem cada uma dessas agendas, é indisfarçável o potencial de todas para renovar a teoria social na exata medida em que intimam as Ciências Sociais a meditar em profundidade a respeito de suas premissas e acerca dos valores particulares embutidos em seus conceitos e noções – os quais, ainda que veladamente, contribuíram para autenticar omissões, lacunas e silenciamentos, hoje evidenciados graças a uma série de mudanças sociais e intelectuais em curso.

3) Uma temática relevante na teoria social contemporânea tem sido a problematização do eurocentrismo (ou do “nortecentrismo”, como preferem alguns autores). Trata-se de um debate que envolve tanto aspectos institucionais, referentes às dinâmicas de produção e circulação de ideias e teorias, quanto propriamente conceituais, metateóricos ou mesmo epistemológicos. Qual é a sua visão sobre esse debate? Tendo em vista essa discussão, como você avalia os caminhos e possibilidades de se pensar e produzir teoria social na periferia e semiperiferia do capitalismo?

Flávia X. M. Paniz: A produção de teoria social no Sul Global não é necessariamente uma novidade, mas a própria concepção de teoria e o reconhecimento de contribuições intelectuais outrora apagadas podem ser considerados um movimento que se intensificou nas últimas décadas. Categorias de análise contemporâneas, produzidas dentro dos campos epistemológicos que divergem de tradições anglo-europeias clássicas, têm sido um caminho analítico produtivo de transformações do campo da teoria social.

No Brasil, principalmente durante o século XX, a distinção entre “pesquisa teórica” e “pesquisa empírica” pautou debates sobre como a produção de teoria social em países colonizados, e estiveram alocadas a um campo considerado específico, cujos resultados compreendiam apenas reflexões sobre esses espaços (salvo exceções, como Paulo Freire). Por outro lado, estudos de obras teóricas produzidas em espaços anglo-europeus, consideradas clássicas, universais ou mundialmente relevantes, consagraram-se como objeto de estudo e como categoria analítica. Pretensamente, eram celebradas por seu caráter “amplamente abrangente” ou como “com potencial explicativo transponível”, capaz de comportar pessoas, contextos, espaços e temporalidades diferentes, porque supostamente abarcariam um conjunto maior de experiências humanas.

A crítica ao eurocentrismo ou nortecentrismo, como queiram chamar, concentrou-se sobre a capacidade analítica limitante do uso de referências intelectuais europeias como categorias de análise em pesquisas

realizadas no Sul Global. Esse caráter restritivo ou confinador produziu apagamentos e/ou silenciamentos de corpos não-normativos, de pessoas, narrativas e temas que não se encaixam em determinados constructos. Existe sim um conjunto de obras globalmente relevantes em diversos currículos de Ciências Sociais, isso é indiscutível. Mas isso também vem carregado de símbolos de poder, como se teorias produzidas por intelectuais do Sul Global não fossem capazes de fomentar discussões sobre outros contextos, como se estivessem limitadas à compreensão de seu objeto, em determinado espaço e tempo.

Não se trata, contudo, de abandonar os estudos teóricos sobre obras produzidas no além-mar. Mas de criticar a pretensão universal, a distinção intelectual ou as hierarquias produzidas a partir delas e refletir sobre a importância de se construir as devidas mediações. Trata-se também de pensar que, guardadas as devidas proporções, obras produzidas em diferentes contextos do Sul Global possibilitam estabelecer novos diálogos, aventar proximidades e dissonâncias para pavimentar o caminho para interlocuções, abordar múltiplas formas de desigualdade. Em termos de rumos, conexões Sul-Sul podem ser o caminho para a construção de outras reflexões e mobilizar novas possibilidades de pensar coalizações.

Discussões sobre experiência, epistemologias e construções das devidas mediações entre categorias analíticas, espaço, tempo e objetos de pesquisa compuseram parte da crítica nos parágrafos anteriores. Além dela, o exame dessa disfunção também é uma crítica à hermenêutica, no modo como tem sido concebida. No ponto em que estamos hoje (2023), é quase consenso que não é mais possível separar texto de contexto, separar conteúdo da obra de autor e separar pesquisas consideradas teóricas de pesquisas consideradas empíricas. Isso não elimina análise estrutural, mas complexifica discussões no campo da teoria, sobretudo na crítica imanente.

A discussão se complexifica a partir do momento em que ampliamos a crítica do local de produção de conhecimento para os sujeitos que produzem conhecimento, inserindo discussões sobre relacionalidade e posicionalidade. Isso porque desigualdades no interior de países do Sul Global precisam ser reconhecidas, como, por exemplo, o papel cumprido por parte da intelectualidade branca sudestina brasileira. E pessoas com

origens, experiências e bagagens diversas também estão presentes em universidades do Norte Global. Não podemos deixar de lado a relevância do trabalho realizado por quem se deslocou (estrangeiros, imigrantes, pessoas em situação de refúgio, com vistos humanitários diversos e outras categorias de deslocamento). Também não podemos deixar de lado as periferias e a diversidade de pessoas que vivem à margem nesses espaços no Norte Global. Por isso é indispensável dizer que o assunto requer uma reflexão sobre as devidas proporções e mediações contextuais. Ainda que não seja suficiente no campo da desigualdade intelectual global, a presença e a compreensão da importância das produções teóricas de pessoas do Sul situadas no Norte Global contribuem com a desmistificação e desconstrução desses espaços como homogêneos.

Por um lado, incorporar autores e discussões nos currículos elaborados em contextos distintos pode ser fundamental para ampliar ou transformar perspectivas teóricas. Contudo, o trabalho intelectual desenvolvido sob matrizes epistemológicas do Sul Global não deveria ocupar o lugar de representante absoluto desses espaços, como “portavozes da colônia”, como se falassem por todas as pessoas. E pesquisadores desses campos não deveriam ser confinados a temas, localidades e a pessoas em suas pesquisas.

Por fim, talvez não muito relevante, mas tenho refletido sobre a concepção de “periferia do capitalismo”. Continuamos nos apresentando e sendo representados por nossa condição periférica, reiteramos a projeção de países anglo-europeus como ponto de referência, de centro, de conhecimento. Sim, países do Norte possuem financiamento e estrutura desproporcionais em relação a nós. A ideia de “centro” é relacional e a ideia de “periferia intelectual do capitalismo” me parece ser uma projeção produzida no espelho, pelo qual reforçamos a nossa diferença de uma perspectiva mais positiva. Assim, buscamos subverter o poder nos apropriando do nosso lugar e de nossa outricidade como uma forma de resistência e de resiliência. Simultaneamente, parece-me que isso não tem sido suficiente.

Ainda não tenho uma conclusão sobre o tema, por isso compreendo e subscrevo aos sentidos de expressões como “periferia intelectual do

capitalismo” ou “Sociologia do segundo escalão” etc. Mas, talvez, não sejamos a periferia do capitalismo, nossos países foram e são colonizados, construídos com a força de pessoas sequestradas, escravizadas, expropriadas de suas mentes e corpos, objetificadas e violentadas. A terra continua sendo explorada, nossos rios secaram ou foram contaminados, barragens, mineração e exploração de petróleo ainda destroem vidas, aldeias e territórios demarcados, causando a morte severina de humanos e de não-humanos. Nosso trabalho intelectual não pode se dar ao luxo de ser medíocre se quiser participar do espaço de discussão global no campo científico, porque não se parte do princípio de que nossa produção pode ser referencial. O Sul Global não é periférico e nem homogêneo, ele foi e continua sendo central para o capitalismo e para a sustentação física, emocional e intelectual do Norte. Se as questões estão divididas entre Norte e Sul, aquilo que os mantém centrados é produzido aqui. Talvez sejamos nós a centralidade do capitalismo (o que não ajuda muito) ou talvez não haja uma centralidade, talvez a teoria social produzida aqui represente a centralidade da resiliência do Sul Global.

Josué Pereira da Silva: Talvez a principal diferença entre os dois grupos mencionados acima se torne mais perceptível quando olhamos para outros recortes, como as perspectivas críticas centradas no contraponto entre Norte e Sul ou entre políticas de igualdade e políticas de identidade. Vale ressaltar que nestes casos o chamado “lugar de fala” assume um papel-chave como instância de elaboração da crítica ao eurocentrismo, ao machismo, ao racismo e à homofobia, a partir, respectivamente, das perspectivas do Sul, do feminismo, do antirracismo e das identidades organizadas em torno das pautas LGBTQIA+.

Embora esta classificação seja um tanto simplificada, é possível dizer que ganha corpo nesse tipo de debate uma espécie de guerra de narrativas que busca desautorizar qualquer noção de universalismo – tachado com certa razão de abstrato – ainda que alguns dos protagonistas menos radicais desse debate continuem a postular alguma noção de cosmopolitismo, como é o caso, por exemplo, de Boaventura de Sousa Santos.

Trocando em miúdos, pode-se dizer que, como sói acontecer em momentos de ruptura teórica ou, se preferem, de mudança de paradigma, só depois de algum tempo é possível saber o que era de fato relevante e permaneceu e o que era apenas momentâneo e perdeu relevância ou desapareceu quando passou a moda. O calor das disputas, ancoradas nas ações dos respectivos movimentos sociais – muitos deles beirando o fundamentalismo – que lhe dão suporte, torna difícil a reflexão sobre suas próprias formulações e em grande medida impede ou dificulta a autocrítica.

Pensar e produzir teoria social na periferia nunca foi tarefa fácil, embora hoje em dia com a internet isso tenha se tornado menos difícil. Mas creio que, mesmo antes de existir a internet, a principal dificuldade para se trabalhar com teoria por aqui – e me refiro apenas ao Brasil, porque não sei como isso se dá em outros países da chamada periferia do capitalismo – não é principalmente de ordem material, nem humana. Sem negar a importância dos recursos materiais e humanos para tanto, creio que a maior dificuldade para se fazer teoria entre nós está no preconceito das instituições de fomento e mesmo daqueles que delas fazem parte, reproduzindo assim os interesses dos países centrais em garantir para eles o monopólio da atividade dita teórica. Isso nunca é claramente explicitado, mas é facilmente notado por qualquer observador atento.

Luiz Gustavo da Cunha: Imagino que para responder a essa pergunta uma distinção entre três aspectos da área da teoria social seja importante. Trata-se de separar o “pensar e produzir teoria”, sua terceira dimensão, de discutir e operacionalizar teoria, respectivamente o primeiro e o segundo aspecto que quero mencionar.

Antes disso, porém, cabe notar que a discussão do eurocentrismo, “nortecentrismo” ou mesmo da “colonialidade do poder intelectual” tem aspectos bastante relevantes e que tocam o que já foi adiantado na questão anterior. A antiga ideia de que o objeto privilegiado das ciências da sociedade, particularmente da Sociologia, encontra-se nos países de desenvolvimento originário do modo de produção capitalista evidentemente se deve ao fato de que a Sociologia precisou do capitalismo

para se fazer uma disciplina necessária – na mesma medida, aliás, em que, em termos mais amplos, quando Rousseau desenvolveu a ideia de sociedade civil, a teoria social se descolou da filosofia e, contextualmente, precisou da longa crise do sistema absolutista para se tornar uma disciplina necessária. Essa imbricação entre as origens da organização do modo de produção capitalista e a consolidação da Sociologia, porém, não deveria autorizar intelectualmente a pretensa posição privilegiada do pensamento europeu e norte-americano a falar em nome da sociedade e sequer em reivindicar uma relação histórica com seu objeto – Eric Williams ou Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outras pessoas, demonstraram de modos diversos, e ambos elegantes, que o mundo do século XIX e seus desdobramentos são melhor compreendidos em sua condição de unidade tensa e contraditória. Assim, se os temas e problemas da teoria social, tanto em sua consolidação histórica quanto em seu conteúdo normativo, não se restringem ao Norte Global, seria justo dizer que lidar com teoria é uma atividade que se distribui desigualmente ao redor do globo devido às dinâmicas de desigualdade e imperialismo intelectual.

Aqui quero retomar aqueles três aspectos da área acadêmica da teoria social. Quanto ao primeiro deles, o de discutir teoria, claramente se pode dizer que o realinhamento acadêmico e político das Ciências Sociais impulsionado pelas teorias pós-coloniais, decoloniais e pelas epistemologias subalternas tem contribuído para diversificar (mais) uma dimensão já amplamente diversa, posto que a recepção de teorias no Brasil tem uma tradição de pluralidade, na qual evidentemente se destaca o diálogo com a produção latino-americana, mas na qual centros intelectuais como os países lusófonos da África ou o Caribe sempre acharam seu espaço. O traço interessante aqui é o de que a produção nacional que se dedica à recepção, embora muito qualificada em diversas áreas, parece pensar a teoria social como uma espécie de mapeamento do “influxo externo”, para lembrar a expressão usada por Roberto Schwarz para trabalhar a produção cultural brasileira no século XIX. Esse caráter de mapeamento também não é estranho ao segundo aspecto da situação atual da teoria, o da operacionalização de teorias; aqui elas podem ser externas ou não, mas o traço distintivo da atividade intelectual de pessoas

dedicadas a isso parece ser a tradução de temas para consumo imediato como diagnóstico do social. Esses dois aspectos unem os trabalhos de acadêmicas e acadêmicos dedicados à discussão metateórica e à discussão sistemática da teoria social, uma vez que se trata de pensar a teoria em sua forma e sua aplicação, mas não propriamente como uma resposta particular a algo que foi constituído enquanto objeto a partir das próprias categorias disciplinares.

Esse “pensar o social da teoria pelo social da sociedade” é o terceiro aspecto da área e o único no qual o “pensar e produzir teoria” efetivamente se conecta com a experiência da “periferia ou semiperiferia do capitalismo”. Evidentemente, ao distinguir esse aspecto dos outros dois, não reivindico um modo correto e exclusivo de lidar com a teoria, mesmo porque essa é uma distinção analítica e frequentemente os três aspectos aparecem juntos. Sugiro, porém, que se a crítica ao eurocentrismo pretende ser uma crítica imanente da situação atual da teoria social, suas tarefas não são apenas mostrar que existe um mundo fora do Norte Global e expressá-lo, mas mostrar que o projeto de uma teoria social crítica plural conecta de maneira orgânica as duas pontas da discussão.

Samira Feldman Marzochi: Os pontos cardeais, Norte, Sul, Leste e Oeste, não servem para traduzir precisamente as hierarquias e desigualdades internacionais na produção de conhecimento. Eles orientam a navegação, mas a Sociologia não é precisa. Do mesmo modo, as delimitações continentais são o fundamento da geopolítica, mas não explicam as dinâmicas culturais, a formação das ideias, os intercâmbios imateriais, os anseios dos indivíduos. Diria até que estes termos se tornaram ultrapassados depois da obra de Latour, *Jamais fomos modernos* (1991), o que não quer dizer que as desigualdades internacionais tenham desaparecido, muito pelo contrário. A questão é que elas não se colocam de maneira simples.

A Sociologia tem uma matriz europeia, evidentemente. Contudo, seria um equívoco não reconhecer que a Europa jamais esteve isolada e que se constituiu da exploração e dos intercâmbios econômicos, culturais, populacionais, entre outros, com os povos e países colonizados. Ideias, concepções, valores, histórias, hábitos, conhecimento, música, tecidos,

temperos, chás, tabaco, louças, perfumes, açúcar etc. foram extraídos e apropriados pelo mercantilismo, colonização e imperialismo, do Oriente Médio, da Ásia, da África e das Américas. Nunca houve uma Europa “pura”, de exata coincidência entre “terra” e “sangue”, “território” e “povo”. Como se sabe, as noções de pureza nacional, populacional, cultural, são invenções que remontam à formação dos Estados Nacionais no quadro de uma ideologia racista. É estranho que algumas análises críticas da desigualdade internacional tendam a reproduzir, contraditoriamente, a ideologia da pureza europeia, ao invés de reconhecer o quão a Europa é feita da alteridade que ela tomou para si. Creio que o caminho para se combater as desigualdades internacionais na produção de conhecimento ainda seja o combate ao substancialismo que é o nosso racismo inconsciente.

Sergio B. F. Tavoraro: De fato, esse debate é crucial para se discernir a fortuna, os percalços e também o teor da vida cultural no Brasil e em outros países que trazem consigo heranças salientes de seus passados coloniais. Não é nenhuma novidade que as disparidades que marcaram as relações entre “colônias” e “metrópoles” deixaram cicatrizes profundas, repercussões que se prolongaram para muito além da descontinuação dos vínculos políticos que outrora entrelaçavam formalmente seus destinos. Com efeito, trata-se de um tema desde há muito abordado não apenas pelas Ciências Sociais (recorde-se, por exemplo, a vasta literatura do início do século XX acerca do fenômeno do Imperialismo), mas também em obras centrais do pensamento brasileiro e latino-americano, destaque feito às elaborações em torno da condição de “dependência estrutural”.

Mais recentemente, as produções pós-colonial e decolonial trataram de enfatizar que, além de políticas e econômicas, as assimetrias de poder constitutivas dessas interações societárias tiveram vigorosos ingredientes cognitivos, simbólicos e subjetivos, que se mostraram determinantes para as autocompreensões desses contextos, para seus padrões de sociabilidade (as concepções de mundo, as configurações institucionais, os preceitos ético-morais e as referências estético-expressivas presentes no tecido social) bem como para seus conflitos internos. Isso posto, parece-me razoável afirmar que, nas últimas décadas, ao lado da conhecida agenda de

pesquisa a propósito das desigualdades materiais e dos constrangimentos políticos e culturais que moldaram múltiplas instâncias dessas vidas sociais, intensificou-se o anseio pela compreensão da dimensão epistemológica de tais assimetrias. É verdade que, também nesse caso, este não é um programa de investigação sem precedentes. Ainda assim, é digno de nota o fato de que essa ordem de preocupações ganhou expressivo relevo dentro e fora da academia, pautando uma gama considerável de contendas intelectuais e controvérsias públicas.

Como bem sabemos, uma das mais relevantes ramificações dessa agenda de reflexão diz respeito à apuração das circunstâncias sócio-históricas em que teorias caras às Ciências Sociais foram elaboradas, somada à identificação dos fatores (institucionais e extra-institucionais) que concorreram para sua posição de prestígio, não raro em detrimento de ideias delineadas em cenários não-modelares da modernidade. Outrossim, passou-se a dedicar parcela substantiva de atenção aos supostos em que se ancoram tais formulações hegemônicas, assim como às visões de mundo implícitas e aos valores que silenciosamente subjazem seus arcabouços conceituais e orientações metodológicas. Não menos importante, avolumou-se o debate acerca das condições desfavoráveis que via de regra inibem a construção de teoria em contextos acadêmicos ditos periféricos – dentre as quais, a baixa visibilidade de suas realizações, os juízos desabonadores que incidem sobre suas instituições, a rotineira escassez de recursos, o alcance supostamente restrito de suas proposições etc. Contabilizadas todas essas adversidades, não é de estranhar que a opção por “fazer teoria” nesses contextos soasse reiteradas vezes como pretensão descabida, capricho idiossincrático ou como um empreendimento supérfluo (dispensável) frente a problemas sociais e questões sociológicas supostamente mais prementes.

Embora muitas dessas apreciações negativas tenham abrandado nos últimos tempos, de modo algum se diluíram por completo. Por esse motivo, talvez um dos principais desafios apresentados a essa área seja angariar reconhecimento e legitimidade diante de outros domínios de atuação, tanto nos círculos universitários quanto em outras esferas intelectuais. De todo modo, é difícil antever com exatidão os caminhos que a área tomará em

tais cenários não-modelares. Por ora, o que se sabe é que se avolumaram as pesquisas que tencionam estabelecer um debate crítico com as tradições sociológicas do Atlântico Norte, apontando para seus limites não apenas para elucidar o que se passa em uma quantidade nada desprezível de regiões do globo, mas também para deslindar as experiências de minorias e setores subalternizados de suas próprias populações. Eis uma iniciativa teórica promissora, muito distante de ter se esgotado.

4) Como você vê o futuro da área de pesquisa em teoria social? Quais são os desafios temáticos e teórico-metodológicos em aberto?

Flávia X. M. Paniz: Justificadamente, nas últimas décadas, temos nos empenhado em abordar as múltiplas formas de desigualdade social e a construção social da diferença. Isso só foi possível a partir das reflexões sobre epistemologias, interseccionalidades, ampliação da diversidade dentro do campo de pesquisas, reflexões sobre as formas de abordagens sobre determinados temas e a consciência das limitações teóricas de nossas reflexões. Simultaneamente, a agenda teórica de descolonização do conhecimento, do saber, da ciência, das universidades e da própria teoria social tem buscado apontar caminhos para que o questionamento das desigualdades e das configurações de poder, estruturais e do ponto de vista das relações, sejam colocados em prática. Isso atravessa a teoria social, as discussões sobre currículo, as políticas afirmativas, a inclusão e diversas formas de produção de acolhimento financeiro, psicológico, estrutural, científico, pedagógico etc.

A abordagem de reflexões sobre diferença social, mapeamento de violências e os respectivos impactos no campo de estudos sobre desigualdades são incontornáveis. O desafio, nesse momento, talvez seja incorporar esses debates na produção de reflexões sobre as múltiplas formas de coalização e de solidariedade em âmbitos nacionais e transnacionais. Não acredito que iremos retomar antigas categorias que passeavam pela busca da universalidade, na ânsia de buscar aquilo que nos une. Falo de coalização e solidariedade no sentido de estabelecer possíveis conexões e

interloquções entre diferentes grupos, espaços e contextos do Sul Global, que atravessam experiências e discussões similares.

Interloquções entre as categorias acima mencionadas e estudos nas áreas de ecologia, ciências atmosféricas, água, saúde, concepções de tempo, de vida, de catástrofes e mudanças climáticas podem ser o desafio teórico-metodológico que está em aberto hoje. Pesquisas em ecologia e mudanças climáticas têm se tornado fundamentais no campo da política e da teoria. Povos da floresta, povos da montanha, populações ribeirinhas, povos indígenas e quilombos estão no *front* da resistência aos negacionismos, às construções de usinas hidroelétricas, barragens, exploração de petróleo, mineração e ao agronegócio.

Talvez um dos desafios teóricos a ser enfrentado seja a possibilidade de conjecturar estudos de gênero, sexualidade, etnicidade, relações raciais e ecologia. Embora as mudanças climáticas e as discussões sobre a passagem do holoceno para o antropoceno afetem o planeta inteiro, há uma hierarquia no modo como isso atinge as pessoas que vivem em capitais globais e os povos que estão sendo afetados diretamente, o que revela uma discussão sobre as vidas que importam, sobre a decisão política de quem vive e quem morre.

Lideranças indígenas de diferentes lugares têm se mobilizado na construção da resistência frente a empresas e organizações internacionais. Por isso, quando falo de coalização, refiro-me às linhas que conectam povos indígenas e quilombolas na América Latina aos povos indígenas da Mesopotâmia, no Oriente Médio. Não vou mencionar outras regiões, grupos e pessoas porque estão distantes da minha área de conhecimento, mas não tenho a menor dúvida de que compartilham problemas similares, por isso a importância dos diálogos produzidos a partir de pesquisas diversas nessas áreas.

Há quatro ou cinco anos foi pintado um mural com as imagens da ativista curda Sakine Cansiz, Marielle Franco e a ambientalista hondurenha Berta Cáceres. Elas representam individual e conjuntamente imaginários e agendas políticas contemporâneas pautadas pela coalização, sobretudo envolvendo relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade, de resistência e de ecologia. O reconhecimento da diferença, da pluralidade e da

diversidade não são elementos divisores. A coalização potencializa a força para evidenciar que esses vínculos podem ser um caminho possível.

Quando me refiro ao termo solidariedade, busco apontar as discussões sobre a ideia de aliança, em especial nas coalizações. A solidariedade tem sido objeto de discussão porque pessoas e organizações que não compõem os grupos chamados de minoritários estão se dispondo a cumprir o papel de “aliades”, mas não sabem como fazê-lo. Por vezes assumem papel de protagonistas, por vezes suas expectativas da ideia de “ajuda” e “parceria” são limitadas por suas experiências e capacidades de escuta. Existem demandas para que organizações envolvidas diretamente na coalização cumpram o papel de informar e educar “aliades da luta” em vez da busca pela autoeducação. Não sabem o que fazer com suas emoções e consciências de seus privilégios e colocam os grupos “outros” na posição de acolhimento. Falo isso sem especificar grupos e pessoas, mas com base na minha própria pesquisa de doutoramento, que teve a solidariedade como objeto de estudo. Embora houvesse produção teórica significativa e relevante entre pessoas aliadas e lideranças, a distinção da escrita e do comportamento cotidiano se tornou relevante, inclusive porque promoveu esvaziamento de espaços ou produziu dinâmicas constrangedoras e improdutivas. Não se trata apenas do caráter individual de não saber o que fazer, mas de uma questão epistemológica e ontológica, sobre limites da experiência social, uma vez que suas práticas são pautadas em suas próprias referências e contextos. Se há uma ampliação do desejo de compor alianças por meio da solidariedade, talvez o desafio de qualificar essas categorias e produzir estudos sobre os sentidos e práticas de ideias de aliança, de solidariedade e de confiança esteja em aberto na teoria social hoje.

Josué Pereira da Silva: O preconceito em relação a fazer teoria não é uma barreira intransponível; e, portanto, não deve ser um impeditivo para trabalhar com teoria entre nós. Claro que estou pensando em teoria aqui num sentido bastante amplo, que vai desde a recepção de teorias ou modelos teóricos abstratos – atividade denominada por alguns como metateoria – até as formulações específicas elaboradas em função

das necessidades de pesquisa sobre temas e problemas específicos. Se considerada neste sentido amplo e sem ignorar as dificuldades materiais, vejo boas possibilidades de continuar a fazer teoria por aqui. Isso vale tanto para as teorias tradicionais quanto para as chamadas teorias críticas, ambas em sentido amplo. As diversas abordagens e as temáticas dependem muito das oscilações no interior dos respectivos campos, mas também do contexto sociopolítico no qual elas se inserem. Mas isso não é novidade e não deve desestimular os que têm vocação para pesquisar teoria.

Para encerrar, gostaria de chamar a atenção para três grandes “temas” muito importantes para todos nós, mas que ainda carecem de boas formulações teóricas por aqui. Um é o da ecologia, a despeito do crescente interesse de pesquisa que despertou entre nós desde a Conferência do Clima de 1992 (COP-RIO 92). O segundo tem a ver com a chamada emergência do imaterial, fenômeno que tem revolucionado o mundo contemporâneo, mas cujas discussões teóricas parecem ainda engatinhar. Por fim, a desigualdade social, que cresceu muito nos últimos anos com a desconstrução das proteções sociais propiciada pelas políticas neoliberais, afetando principalmente as populações mais vulneráveis, sobretudo em um ambiente de rápidas mudanças tecnológicas e de aguçamento dos fenômenos climáticos extremos. Considerando a importância dos três para o futuro da humanidade, creio que esses são importantes nichos de pesquisas – empírica e teórica – que demandam muita atenção dos pesquisadores.

Luiz Gustavo da Cunha: Para responder essa pergunta, a mais difícil delas, devo fugir da resposta direta e falar do passado e presente da pesquisa em teoria social no Brasil. Na resposta à questão anterior, sobre as desigualdades na circulação do conhecimento, procurei aludir ao fato, frequentemente mencionado, de que não se faz teoria no Brasil. Isso é uma meia verdade, posto que boa teoria social foi feita por gerações de intelectuais no país, como é o caso de Gabriel Cohn, no âmbito específico da teoria crítica. No entanto, o predomínio de trabalhos de discussão – fundamentalmente organizados em grupos de discussão dominados pela metateoria – e operacionalização de teorias sociais – fundamentalmente

organizados em pesquisas sobre a fisionomia de tal ou qual categoria no país – parece ser a marca da área.

Cada uma dessas tradições internas à área já se encontra plenamente desenvolvida e contribui para a situação de consolidação da área, para a conquista de sua autonomia epistemológica, e já se deixa dividir em aspectos promissores e estagnados. Assim se poderia citar, para o caso da dimensão de discussão e recepção, a circulação de traduções de textos originais realizadas por acadêmicas e acadêmicos especializadas/os e a formação de tradições interpretativas com sólida formação teórica como aspectos positivos, mas o ensimesmamento e a esterilidade dessas discussões parece se refletir na presença cada vez mais escassa desses trabalhos em periódicos ou mesas-redondas de eventos da área – algo que parece ser suprido pelas atividades autoeditoriais das mais diversas sortes, como blogs, canais de vídeo ou áudio. Já para o caso da operacionalização das teorias sociais, o problema parece ser o oposto: a esterilidade das interpretações, sua apropriação mecânica e desprovida capacidade contextualizadora – se o primeiro caso indica uma tendência de conhecer teorias sem saber para que servem, o segundo parece querer resolver os problemas sem entender a teoria, combinando a autora A com o autor B, por exemplo. Em ambos os casos, a prioridade parece ser falar, não explicar.

A terceira tradição de trabalho na área de teoria social, é claro, também não está livre de percalços, mas o passado recente no país tem dado sinais positivos. Seja por meio de trabalhos de elaboração detalhada de análise normativa de nossas sociedades, como os feitos por Emil Sobottka ou José Maurício Domingues, seja por meio de análise dos efeitos das transformações das expectativas de sociabilidade causadas pelas transformações nas estruturas de integração social, como nos trabalhos de Adalberto Cardoso ou Cinara Rosenfield, seja ainda nas diferentes interpretações sobre a construção da cidadania e a ação de grupos subalternos, como nos trabalhos de Evelina Dagnino, Ilse Schrer-Warren, Josué Pereira da Silva ou Paulo Sérgio Costa Neves, é possível identificar diferentes tendências frutíferas a mobilizar diferentes tradições da teoria social para oferecer interpretações da dinâmica e dos conflitos

do presente, seja em termos de teorias normativas, economia política ou lutas sociais.

Afinal, o maior desafio temático do presente e do futuro parece ser analisar a dinâmica de transformações das estruturas de integração social do modo de produção capitalista e seu aspecto teórico-metodológico mais relevante continua a ser entender como grupos sociais agem frente a essas mudanças, como identificam razões para crítica, como apelam e justificam a legitimidade de normas e como constroem seus projetos de utopia. Para que a área de teoria social seja um elemento relevante desse percurso, para que seja seu aspecto intelectual, como postulava Max Horkheimer, uma retomada da tradição de realizar análises da sociedade como reconstrução teórica de seus – diversificados e pluralizados – princípios normativos parece o caminho mais promissor.

Samira Feldman Marzochi: O futuro depende do estímulo que for dado aos estudantes, independentemente da diversidade de programas de pesquisa que venham a se estabelecer. Os maiores desafios no país, portanto, não são temáticos ou teórico-metodológicos, mas institucionais. Há graduandos que têm muito interesse em estudar teorias, que pensam a realidade teoricamente, que cultivam questões que são eminentemente teóricas. Mas são desestimulados. É preciso haver lugar para eles e que o trabalho de pesquisa nesse campo seja autoral, criativo e livre quanto à escolha dos temas de investigação, e que não se limite à especialização e reprodução do pensamento de alguns autores.

As abordagens conceituais não são um debate já esgotado que ficou na história da formação do campo disciplinar. Algumas ideias antigas, do ponto de vista cronológico, quando retomadas e atualizadas, são capazes de causar espanto pela ousadia. Tenho me voltado, por exemplo, à noção de “inconsciente interespecífico”. Embora esta seja uma expressão original, que assusta até mesmo círculos de antropólogos, não traduz uma ideia absolutamente nova – e está em Lévi-Strauss, se o lermos no intuito de explorá-la.

Analogamente, ainda sobre meu projeto de pesquisa, não são todos os psicanalistas lacanianos que reconhecem a contribuição do pensamento

nativo (indígena, aborígene) para a formação da psicanálise através de Freud, Durkheim e Lévi-Strauss. É preciso reler os textos de referência com os olhos do paleontólogo que descobre, no interior dos livros antigos, as marcas fossilizadas de noções potencialmente inovadoras. Sinto que o desejo decolonial possa seguir essa trilha, a de uma Sociologia do Inconsciente: a conciliação entre os clássicos e o pensamento dos povos colonizados dos quais eles são os devedores.

Sergio B. F. Tavoraro: Gostaria de iniciar a resposta a essa indagação retornando a uma problemática levantada na pergunta anterior, a saber, os eventuais rumos e horizontes da produção de teoria social em “sociedades periféricas/semiperiféricas” – ou, como prefiro dizer, a partir de experiências sociais e intelectuais não-modelares na modernidade. Estou cada vez mais convencido de que as oportunidades vindouras dessa área de pesquisa, ou ainda, as possibilidades da teoria social se manter relevante na própria arena intelectual reclamam que ela afaste de si o perigo de fechar-se sobre si mesma, antes buscando ampliar suas interlocuções com outras áreas acadêmicas e com vivências e manifestações culturais diversas. A meu ver, isso se vincula à habilidade demonstrada por suas/seus praticantes para responder a certas demandas mais gerais que têm incidido com intensidade redobrada sobre a vida universitária em um número vertiginoso de contextos: refiro-me às crescentes reivindicações para que as instituições, espaços e ambientes que tradicionalmente concentram (ou monopolizam) a maior parcela de prestígio intelectual se abram a preocupações, problemas e agendas de reflexão suscitados por experiências subjetivas e coletivas invulgares, empunhados por segmentos da população por muito tempo apartados desses círculos convencionais. Pois bem, o enfrentamento desse desafio requer que a teoria social contemporânea realize, de maneira enérgica, seguidos exercícios de autoanálise, que lhe permitam tomar ciência das premissas em que se amparam suas proposições, dos supostos que prefiguram a edificação de seus objetos, dos alicerces axiomáticos de suas categorias e esquemas classificatórios, e dos valores e preceitos que informam suas descrições, diagnósticos e conjecturas acerca da realidade.

Nesse mesmo compasso, é imprescindível que a teoria social medite sobre os condicionantes sócio-históricos de suas construções, levando em conta as disparidades (sejam elas econômicas, políticas, tecnológicas, simbólicas, organizacionais etc.) que impactam sobre suas proposições, que potencializam ou interditam sua circulação e que as tornam mais aptas a prevalecer ou suscetíveis a sucumbir diante de outras formas de perceber, codificar e se relacionar com a realidade. Ao fim e ao cabo, parece-me que a fortuna dessa área de pesquisa depende cada vez mais de sua capacidade para se revigorar a partir do intercâmbio com ontologias, epistemologias, teorizações, conceitos e tipologias que, em outros momentos e circunstâncias, costumavam ser integralmente desconsiderados ou, na melhor das hipóteses, reputados como senso comum, ideologia, credence, conhecimento pré-lógico etc. É possível que esse *tour de force* tenha por implicação a perda de certa aura que outrora embalava a teoria social produzida no Atlântico Norte. Mas, a se considerar a magnitude das transformações globais por que passamos hoje – mudanças que, conforme há pouco indiquei, tornam ainda mais evidentes as insuficiências, vieses, desacertos, estigmas, presunções e outros problemas que residem nas teorizações do passado –, para mim, é difícil projetar um horizonte muito diferente desse que ora se insinua.

SOBRE OS PARTICIPANTES:

Flávia X. M. Paniz é doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2023). Atualmente é professora de Sociologia na Universidade do Estado de Minas Gerais. Desenvolve pesquisa nas áreas de Sociologia de gênero e sexualidade, feminismos pós-coloniais, teoria social contemporânea, nação, estudos do Sul Global e geopolítica da produção de conhecimento. Entre suas principais publicações se encontra o artigo “Mulher, Vida e Liberdade: gênero, etnicidade e ecologia no movimento de mulheres Curdas em Rojava” (2019). Foi editora da revista *Temáticas*

entre 2014 e 2020 e organizou os dossiês “Metodologias” (n.44 /2014) e “Entre greves, ocupações e golpes: o Brasil de 2016” (n. 47-48/2016).

Josué Pereira da Silva é doutor em Sociologia pela New School For Social Research (1993). Atualmente é professor aposentado de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Foi coordenador de Grupos de Trabalhos sobre teoria social em diversas ocasiões na Anpocs e na SBS. Entre suas principais produções estão: *André Gorz: trabalho e política* (2002) e *Sociologia Crítica e a Crise da Esquerda* (2019). Mais recentemente tem se dedicado a escrever ficção e seu último livro de contos – *Estação 70 (cronicontos)* – foi publicado em 2022. Foi membro da comissão editorial da *Temáticas* e organizou um dos primeiros dossiês da revista (n. 8/1996).

Luiz Gustavo da Cunha é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2013) e foi pesquisador visitante no Institut für Sozialforschung em Frankfurt am Main, Alemanha. Atualmente é professor de teoria sociológica clássica e contemporânea no Departamento de Sociologia e Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de São Catarina. É autor dos livros: *Reconhecimento como Teoria Crítica? A formulação de Axel Honneth* (2011) e *Reconhecimento, redistribuição e desreconhecimento. Um debate com a Teoria Crítica de Axel Honneth* (2019). É membro do conselho editorial nacional da *Temáticas* desde 2018.

Samira Feldman Marzochi é doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Atualmente é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Coordena o grupo de pesquisa NAMCULT (Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia). É autora do livro *Greenpeace: mundialização e política* (2013). Esteve vinculada à equipe editorial da revista *Temáticas* entre 2001 e 2014, onde organizou diversos dossiês. Desde 2018 é membro do conselho editorial nacional da revista.

Sergio B. F. Tavoraro é mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e doutor em Sociologia The New School for Social Research (2005). Atualmente é professor associado do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. É autor do livro *Cidadania e Modernidade no Brasil (1930-1945): uma crítica a um discurso hegemônico* (2011). Esteve vinculado à equipe editorial da revista *Temáticas* entre 2005 e 2016 e organizou o dossiê “Ciências Sociais e Perspectivas não-hegemônicas: Colonialidade, decolonialidade e epistemologias do Sul” (n. 45-46/2015).

Texto recebido em 01/06/2023 e aprovado em 18/07/2023